

## **PORTARIA Nº 415 DE 08 DE JULHO DE 2002**

(Publicada no Diário Oficial de 09/07/2002)

**Dispõe sobre prazo especial para recolhimento do ICMS devido pelos contribuintes vinculados à campanha de promoção de vendas denominada “Liquida Interior”.**

**O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições, considerando a necessidade de estímulo à geração de empregos na atividade comercial, Considerando também a disposição manifestada pelo segmento comercial de redução de preços ao consumidor, através da campanha de promoção de vendas denominada “Liquida Interior” e, Considerando, ainda, que o aumento de vendas decorrente da referida promoção implicará em incremento na arrecadação tributária do Estado,

### **RESOLVE**

**Art. 1º** Aos contribuintes varejistas regularmente inscritos no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado da Bahia (CAD-ICMS) que aderirem à campanha de vendas denominada “Liquida Interior”, a ser realizada no período de 25 de julho a 04 de agosto de 2002, promovida pela Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia, fica facultado o recolhimento do ICMS relativo às operações efetuadas no mês de julho de 2002 em quatro parcelas mensais iguais e consecutivas, com datas de vencimento em 09/08/2002, 19/09/2002, 18/10/2002 e 19/11/2002.

§ 1º Fica vedado o tratamento tributário previsto neste artigo aos contribuintes que durante a realização da campanha de vendas a que se refere esta Portaria efetuarem operações sem a emissão do respectivo documento fiscal.

§ 2º Somente fruirão dos prazos especiais fixados nesta Portaria os contribuintes que constarem de relação fornecida à Secretaria da Fazenda pela Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia, contendo a identificação de todos os estabelecimentos vinculados à campanha.

§ 3º A Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado da Bahia deverá encaminhar às Inspetorias Fazendárias dos domicílios fiscais dos estabelecimentos vinculados à Campanha, até o dia 31 de julho de 2002, a relação a que se refere o parágrafo anterior, em meio magnético.

§ 4º O eventual recolhimento do imposto na forma indicada neste artigo, por contribuinte que não conste da relação prevista nos parágrafos anteriores, ensejará a exigência da multa e dos acréscimos legais cabíveis.

**Art. 2º** Não farão jus aos prazos especiais de pagamento previstos nesta Portaria os contribuintes:

**I** - inscritos no CAD-ICMS na condição de Microempresa;

**II** - enquadrados nas seguintes posições da Classificação Nacional de Atividades Econômicas/Fiscal (CNAE-Fiscal):

**a)** 5010-5/02 - comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários novos;

**b)** 5010-5/03 - comércio a varejo de caminhões novos;

- c)** 5010-5/04 - comércio a varejo de reboques e semi-reboques novos;
- d)** 5010-5/05 - comércio a varejo de ônibus e micro-ônibus novos;
- e)** 5010-5/06 – comércio a varejo de veículos automotores usados;
- f)** 5010-5/07 - intermediários do comércio de veículos automotores;
- g)** 5041-5/03 - comércio a varejo de motocicletas e motonetas;
- h)** 5211-6/00 - hipermercados;
- i)** 5241-8/01 - comércio varejista de produtos farmacêuticos alopáticos (farmácias e drogarias);
- j)** 5241-8/02 - comércio varejista de produtos farmacêuticos homeopáticos;
- k)** 5241-8/03 - farmácias de manipulação.

**Art. 3º** Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**ALBÉRICO MACHADO MASCARENHAS**  
Secretário